



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado de Sergipe, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar Licitação na modalidade de **Dispensa Eletrônica**, do tipo **Menor Preço Por Item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, e será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 16/2025 e demais legislação vigentes.

1.2. O instrumento convocatório vincula as normas da concorrência de preços bem habilitação e posterior contratação devendo a empresa interessada obrigatoriamente tomar conhecimento de todos os dispositivos nele contidos antes da inserção da proposta a qual aduz a plena aceitação das exigências.

1.3. DA ABERTURA DA SESSÃO:

1.3.1. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/ 03/2026, às 08:30 horas às 15 horas (horário de Brasília).

1.3.2. ENDEREÇO DA PLATAFORMA: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3.3. Formalização de Consultas/Encaminhamentos serão disponíveis por meio da Prefeitura Municipal de Riachuelo, SE, com sede na Rua Sagrado Coração de Jesus nº 90, Centro, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00hs às 12:00hs. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites <https://riachuelo.se.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/> ou e-mail: licitacaopmr21@gmail.com.

2. DO OBJETO

O presente objeto é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de bolsas, as quais se fazem necessárias para garantir a organização, a padronização, a segurança e a efetividade das ações relacionadas a entrega anual do kit semana santa nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	4001– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE	2048– GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	3390..30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO	17040000 – TRANSFERENCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

	NATURAIS
--	----------

4. DO INGRESSO A PLATAFORMA:

4.1. Da dispensa eletrônica:

- 3.1.1** A dispensa eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 3.1.2** O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico da **Licitanet** (www.licitanet.com.br).
- 3.1.3** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação, com suporte para Equipe de Apoio, e apoio técnico operacional do Licitanet, os quais juntamente, com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema de Dispensa de Licitação.

2.1. Do Credenciamento do Sistema e da Efetiva Participação

- 2.1.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal intransferível, obtida junto o **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS** (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 2.1.2.** Os interessados deverão credenciar representantes, mediante apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances e preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 2.1.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 2.1.4.** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, devidamente, justificado.
- 2.1.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.6.** A participação da Dispensa de Licitação se dará por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecidos.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.1.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a dispensa de licitação.

2.1.8. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

2.1.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus e decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA.

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances;

5.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A Proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL com o valor total por item** em formulário eletrônico específico sob pena de ser **desclassificada**;

5.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital;

5.5. Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e do atendimento às exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no edital, e, ainda, se está ou não enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.6. A proposta deverá indicar o prazo do fornecimento, o qual não poderá ser **superior a 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do Termo Contratual ou outro documento equivalente.

5.7. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pública; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias.

6. DA SESSÃO DA DISPENSA (FASE DE LANCES E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS):

6.1. A partir do horário previsto nesta Dispensa Eletrônica, terá início a sessão pública da Dispensa Eletrônica, com a divulgação das propostas de Preços, recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica;

6.2. Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços;

6.3. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- 6.4.** O valor unitário / percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do administrador;
- 6.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.6.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 6.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.8.** Facultativamente, ao Administrador poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequentes transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, ao Administrador poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;
- 6.9.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Administrador acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 6.10.** Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente lance de preços com valores superior de até 5% (cinco por cento) acima da proposta melhor classificada, será concedido à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, a oportunidade de apresentar outra proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, conforme está previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- 6.11.** No caso de desconexão com Administrador, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o Administrador, quando possível, sua atuação na **sessão pública, sem prejuízos dos atos realizados.**
- 6.12.** No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes;
- 6.13.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via sistema, em até 1(uma) hora, a proposta comercial devidamente detalhada, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, contados da data da referida sessão pública;
- 6.13.1.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão ser encaminhados os documentos relativos à Regularidade Fiscal mesmo que vencidos, **sob pena de inabilitação.**
- 6.14.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Administrador examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o Administrador poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.15. Constando o atendimento das exigências fixadas no Termo da Dispensa Licitação, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

6.16. A proposta verá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:

6.16.1. Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

6.16.2. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Administrador;

6.16.3. A proposta deverá considerar a entrega do material ou a execução dos serviços no local indicado.

7. DO FORNECIMENTO E PRAZO:

7.1. Os fornecimentos constantes deste processo deverão ser entregues num prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do empenho em nome da empresa, salvo determinação estipulada em contrário pelas Secretaria.

7.2. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e a proposta a qual é vinculado, devendo ser substituída imediatamente, levando-se em consideração desse tipo de equipamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de notificação da Contratante, às suas custas e sem prejuízo à aplicação de penalidades;

7.3. Os prazos de fornecimentos poderão ser alterados (antecipados ou prorrogados), desde que ocorra um dos seguintes motivos: alteração das especificações pela contratante, Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste contrato; Interrupção da execução deste contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da contratante; Aumento das quantidades inicialmente previstas neste termo em até vinte e cinco por cento do seu valor inicial atualizado, conforme limites permitidos pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, em sua redação atual; Impedimento de execução deste contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela contratante em documento contemporâneo a sua ocorrência; Omissão ou atraso de providência a cargo da contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA REGULARIDADE FISCAL E JURIDICA

8.1. Inserir no portal, ao final da disputa 30 minutos de tempo randômico:

8.1.1. Alvará de Localização e Funcionamento, sede da Pessoa Jurídica, em validade;

8.1.2. Contrato Social da Empresa (*se houver o contrato consolidado*);

8.1.3. Documentos Pessoais (RG, CNH, etc) do responsável da empresa;

8.1.4. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

8.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e Quanto a Dívida Ativa da União.

8.1.6. Certidão Negativa de Tributos **Estaduais**, sede da Pessoa Jurídica;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.1.7. Certidão Negativa de Tributos **Municipais**, sede da Pessoa Jurídica e do município.

8.1.8. Certificado de Regularidade de Situação – CRS relativo ao **FGTS** nos termos do inciso IV do artigo 29 da Lei nº 8.666/93;

8.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído da pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011);

8.1.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10h (dez horas), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) horas, a contar da data de seu recebimento.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro, não podendo ser prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1.1. Se a Empresa vencedora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

10.1.2. Pelo atraso da prestação de serviços em relação ao prazo estipulado ou na realização do serviço: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta por cento).

10.1.3. Pela recusa em efetuar o serviço, o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material ou do serviço contratado;

10.1.4. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor da prestação de serviços recusado, por dia decorrido;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.1.5. Pela recusa da Empresa vencedora em substituir ao serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 12h (doze horas) que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor rejeitado;

10.2. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

10.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à empresa vencedora ou cobradas na forma prevista em lei.

10.5. O Órgão Requisitante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado na plataforma específica descrita no subitem 1.3., e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

11.13.1. Anexo I – Termo de Referência

11.13.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Riachuelo/SE, 24 de Fevereiro de 2026.

Izaura Maria Moura Ferreira Almeida
Agente de Contratação



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

1. 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a aquisição de bolsas destinadas à logística de distribuição dos kits da Semana Santa, a serem utilizados durante a execução da ação institucional. As bolsas deverão ser adequadas ao transporte seguro dos itens que compõem os kits, garantindo condições higiênicas, preservação da integridade dos produtos e organização no processo de entrega. A padronização das bolsas visa, ainda, facilitar a identificação institucional da ação, contribuindo para maior controle, transparência e eficiência na distribuição dos kits aos beneficiários.

1.3. Relação dos Itens e Especificações Técnicas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
01	Sacola Plástica resistente - cor branca com alça tipo camiseta, capacidade 7,5 kg pacote com 100 unidades.	100	PCT	R\$ 48,36	R\$ 4.836,00
02	Sacola Plástica resistente - cor branca com alça tipo camiseta, capacidade 2 kg pacote com 100 unidades.	100	PCT	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1. Valor Global: R\$ 8.336,00 (oito mil, trezentos e trinta e seis reais)

2.

3. 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada execução da ação de entrega dos kits da Semana Santa, assegurando condições logísticas compatíveis com os princípios da eficiência, economicidade e dignidade no atendimento aos beneficiários. A distribuição dos kits envolve o manuseio e transporte de diversos itens, os quais demandam acondicionamento apropriado para evitar avarias, contaminações e perdas durante o deslocamento e a entrega.

2.2. A utilização de bolsas específicas para essa finalidade mostra-se indispensável para a organização da logística de distribuição, permitindo maior agilidade no processo, melhor controle dos materiais e padronização da ação. Ademais, o uso de bolsas padronizadas contribui para a identificação institucional, reforçando a transparência da iniciativa e facilitando a fiscalização e o acompanhamento da execução da ação.

2.3. Dessa forma, a contratação proposta atende a uma necessidade concreta e imediata da Administração, sendo essencial para o pleno alcance dos objetivos da ação da Semana Santa, em consonância com o interesse público e as boas práticas de gestão.

4. 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de bolsas adequadas ao acondicionamento e transporte dos kits da Semana Santa, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a fabricação e fornecimento até a utilização final na ação institucional. As bolsas deverão ser confeccionadas em material resistente e apropriado para o transporte de gêneros e demais itens que compõem os kits, assegurando durabilidade suficiente para suportar o



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

manuseio, o deslocamento e as condições de armazenamento durante o período de distribuição.

3.2. No que se refere à fase de uso, as bolsas possibilitarão a organização eficiente dos kits, garantindo a integridade dos produtos, condições adequadas de higiene e maior agilidade no processo de entrega aos beneficiários. A padronização visual das bolsas contribuirá para a identificação institucional da ação, promovendo transparência, rastreabilidade e controle logístico.

3.3. Quanto à etapa final do ciclo de vida, as bolsas poderão ser reutilizadas pelos beneficiários ou descartadas de forma ambientalmente adequada, conforme o material empregado, reduzindo impactos ambientais e agregando valor social à ação. Dessa forma, a solução apresentada atende de forma integral às necessidades da Administração, considerando aspectos operacionais, institucionais e de sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.

5. 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento adequado à finalidade pretendida, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- a) As bolsas deverão ser confeccionadas em material resistente, durável e apropriado para o acondicionamento e transporte dos itens que compõem os kits da Semana Santa, garantindo a integridade dos produtos durante todas as etapas de manuseio e distribuição;
- b) As bolsas deverão apresentar dimensões compatíveis com a quantidade e o volume dos itens que integram os kits, permitindo o acondicionamento seguro e organizado dos produtos, sem risco de danos ou rompimentos;
- c) O material utilizado deverá possibilitar condições adequadas de higiene, não oferecendo risco de contaminação dos itens transportados;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- d) As bolsas deverão possuir acabamento adequado, com costuras reforçadas e alças resistentes, de modo a suportar o peso dos kits e o transporte manual durante a logística de entrega;
- e) As bolsas deverão permitir padronização visual, incluindo a possibilidade de aplicação de identidade institucional, conforme orientações da Administração;
- f) O fornecimento deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido, em quantidade e qualidade compatíveis com o objeto contratado, observadas as especificações técnicas definidas no instrumento convocatório;
- g) O fornecedor deverá atender às normas legais e técnicas aplicáveis, bem como às condições de garantia e substituição em caso de defeitos ou inconformidades identificadas no recebimento.

6. 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução do objeto da contratação consistirá na aquisição, fornecimento e entrega das bolsas destinadas à distribuição dos kits da Semana Santa, de acordo com as especificações técnicas e quantitativos previamente definidos. A execução seguirá as seguintes etapas principais:

- a) A Administração definirá o quantitativo necessário, o cronograma de entrega e os locais de distribuição dos kits. Serão considerados os prazos e volumes para assegurar que todas as bolsas sejam entregues com antecedência suficiente para a preparação dos kits.
- b) O fornecedor contratado será responsável pelo fornecimento das bolsas em conformidade com as especificações técnicas definidas no instrumento convocatório. As entregas deverão ocorrer nos prazos estabelecidos, garantindo que todas as unidades estejam disponíveis para a montagem e distribuição dos kits.
- c) A Administração realizará a conferência da quantidade, qualidade e conformidade das bolsas entregues, verificando aspectos como resistência, dimensões, acabamento, higiene e



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

padronização. Eventuais inconformidades deverão ser registradas e solucionadas pelo fornecedor, conforme condições contratuais.

d) As bolsas serão utilizadas para acondicionar os kits da Semana Santa e garantir transporte seguro e organizado até os beneficiários. O modelo de execução inclui orientação quanto à forma de acondicionamento, manuseio e transporte das bolsas durante a ação, assegurando eficiência logística e preservação dos itens.

e) Após a utilização, as bolsas poderão ser reutilizadas em ações futuras ou descartadas de forma ambientalmente adequada, conforme o material empregado. Esse procedimento assegura sustentabilidade e aproveitamento máximo do ciclo de vida do objeto.

5.2. O modelo de execução adotado visa garantir eficiência, organização, segurança e transparência em todas as fases do processo, atendendo às necessidades da Administração e dos beneficiários da ação da Semana Santa.

7. 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de servidor (es) formalmente designado(s) pela autoridade competente.

6.2. O gestor do contrato será responsável por acompanhar todas as etapas da execução, garantindo que o fornecimento dos materiais esteja em conformidade com as especificações, prazos e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3. Compete ao gestor do contrato:

- a) verificar o cumprimento integral do objeto contratado;
- b) registrar ocorrências, não conformidades ou irregularidades;
- c) solicitar à contratada as correções, substituições ou adequações necessárias;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

d) atestar o recebimento dos materiais quando verificada a conformidade;

e) comunicar formalmente à autoridade competente qualquer descumprimento contratual.

6.4. A fiscalização do contrato não exime a empresa contratada de suas responsabilidades, nem transfere à Administração Pública os riscos decorrentes da execução inadequada dos serviços ou do fornecimento dos produtos.

6.5. Toda comunicação entre o gestor do contrato e a empresa contratada deverá ser formalizada por escrito, podendo ser realizada por meio de ofício, e-mail institucional ou registro interno no processo administrativo correspondente.

6.6. O acompanhamento da execução contratual deverá observar os princípios da administração pública, especialmente eficiência, economicidade, legalidade e transparência, assegurando que os materiais entregues atendam plenamente ao interesse público.

8. 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9. 7.1. Critérios de Medição

7.1.1. A medição do fornecimento será realizada em **etapa única**, após a **entrega total das bolsas**, conforme especificado neste Termo de Referência.

7.1.2. A comprovação da execução do fornecimento será feita mediante **verificação física dos itens entregues** pelo fiscal do contrato, com base nos seguintes critérios:

a) **conformidade com as especificações técnicas** detalhadas neste Termo de Referência, incluindo dimensões, materiais, resistência;

b) **quantidade total entregue**, conforme definido na seção de quantitativos.

7.1.4. O fiscal do contrato emitirá **relatório de recebimento provisório**, que será validado pela Comissão de Recebimento após inspeção. O recebimento definitivo será atestado somente após a **confirmação integral da conformidade** dos materiais com este Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10. 7.2. Condições de Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado **em parcela única**, correspondente ao valor total do contrato, após o **recebimento definitivo** das bolsas e a aprovação do relatório de recebimento pelo fiscal do contrato.

7.2.2. A contratada deverá emitir **Nota Fiscal/Fatura** correspondente ao valor total do fornecimento, em conformidade com o valor contratado e com a medição realizada.

7.2.3. O prazo para pagamento será de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de **atesto da Nota Fiscal** pelo fiscal do contrato, conforme Decreto nº 11.246/2022.

7.2.4. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, em conta corrente de titularidade da contratada, conforme indicado no contrato.

7.2.5. A efetivação do pagamento está condicionada à **manutenção pela contratada de todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira** exigidas na contratação, nos termos do Decreto nº 11.246/2022.

7.2.6. Em caso de **não conformidades** identificadas durante o recebimento, o pagamento será **suspenso** até a regularização dos itens pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, devendo a correção ocorrer no prazo máximo de **05 dias úteis** após notificação.

11. 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 Forma de Seleção do Fornecedor

8.1.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de Contratação Direta, por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021,



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, conforme Documento de Formalização de Demanda.

8.1.2 A seleção será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Riachuelo pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, conforme determina o § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para que eventuais interessados possam apresentar propostas adicionais, visando obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2 Critério de Seleção da Proposta

8.2.1 O critério de seleção será o de Menor Preço por item, desde que a proposta atenda integralmente às especificações técnicas e requisitos de qualidade descritos neste Termo de Referência.

8.2.2 Propostas que apresentem valores superiores ao estimado ou que não cumpram os requisitos técnicos e de habilitação serão desclassificadas.

8.3 Regime de Execução

8.3.1 O regime de execução será o de Empreitada por Preço item, no qual a contratada se obriga a fornecer a totalidade dos smartphones descritos no objeto deste Termo de Referência por um preço total certo e ajustado, conforme definido no contrato.

8.3.2 O pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo e atesto da conformidade dos itens, conforme critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 Habilitação Jurídica

8.4.1 A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.4.1.1. Para empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.4.1.2 Para Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.4.1.3. Para sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.1.4. Para sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.1.5. Para filial, sucursal ou agência: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis, com averbação no Registro da matriz.

8.4.1.6 Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação respectiva.

8.5 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.5.1 A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

8.5.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.5.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.5.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.5.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT.

8.5.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, compatível com o objeto contratual.

8.5.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata.

8.5.1.7 Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração da respectiva Fazenda ou documento equivalente.

8.5.1.8 Fornecedores enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI) que busquem benefícios do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 estarão dispensados da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Qualificação Técnica

8.7.1. A empresa contratada deverá comprovar experiência prévia na comercialização e fornecimento de materiais esportivos, preferencialmente relacionados às modalidades de skate ou atividades correlatas, mediante apresentação de ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento compatível em natureza com o objeto deste Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12. 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa de preços foi realizada com base na pesquisa efetuada no Banco de Preços, em sites comerciais e nas referências constantes no documento de pesquisa de preços anexado ao processo, considerando valores médios praticados no mercado.

9.2. Foram considerados, para fins de estimativa do valor global, os itens e valores unitários constantes da pesquisa, conforme quadro consolidado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO
01	Sacola Plástica resistente - cor branca com alça tipo camiseta, capacidade 7,5 kg pacote com 100 unidades.	100	PCT	R\$ 48,36
02	Sacola Plástica resistente - cor branca com alça tipo camiseta, capacidade 2 kg pacote com 100 unidades.	100	PCT	R\$ 35,00

9.3. Valor Global: R\$ 8.336,00 (oito mil, trezentos e trinta e seis reais)

9.4. A estimativa adota como referência os valores de mercado mais vantajosos, observando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, conforme previsto na legislação vigente.

13. 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação possui adequação orçamentária e financeira, estando prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.2. A despesa decorrente da contratação observará a seguinte dotação orçamentária, conforme informado pela unidade gestora:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETORA/ATIVIDADE: 2048 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 17040000 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS.

10.4. Os valores estimados para a contratação se encontram compatíveis com o planejamento orçamentário anual, não ultrapassando os limites autorizados para execução da despesa.

10.5. Declara-se, portanto, que a contratação está plenamente adequada aos limites, previsões e disponibilidades orçamentárias, em conformidade com as normas de responsabilidade fiscal e planejamento financeiro do município.

11. DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

14. 11.1. Das obrigações da contratada

11.1.1. Fornecer as bolsas especificadas neste Termo de Referência, rigorosamente dentro das quantidades, características e padrões de qualidade estabelecidos.

11.1.2. Realizar a entrega integral do objeto no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, dentro do prazo estipulado no contrato.

11.1.3. Manter-se regular junto aos órgãos fiscalizadores, atendendo a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e legais durante toda a vigência contratual.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.1.4. Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento, observando fielmente os valores, quantidades e itens contratados.

11.1.5. Cumprir todas as normas aplicáveis à execução contratual, preservando os princípios da administração pública, especialmente moralidade, legalidade e eficiência.

15. 11.2. Das obrigações da contratante

11.2.1. Fornecer à contratada todas as informações necessárias para o adequado cumprimento do objeto, indicando local de entrega, horários e servidores responsáveis pelo recebimento.

11.2.2. Realizar a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais no ato da entrega, verificando a conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

11.2.3. Comunicar formalmente à contratada quaisquer divergências, defeitos ou não conformidades encontradas nos itens fornecidos.

11.2.4. Atestar o recebimento definitivo dos materiais, caso estejam em conformidade, permitindo a continuidade dos trâmites para pagamento.

11.2.5. Efetuar o pagamento devido à contratada, conforme condições e prazos estabelecidos no contrato, após a devida apresentação e atesto da Nota Fiscal.

11.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor designado, garantindo o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

11.3. Das Sanções por Inexecução Contratual

11.3.1. *O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á à aplicação das seguintes sanções, garantido o prévio processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos da Lei nº 14.133/2021:*



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.3.1.1. *Constituem motivos para a aplicação de penalidades, entre outros, os seguintes atos:*

11.3.1.2. *Atrasar injustificadamente a entrega do objeto.*

11.3.1.3. *Entregar produtos em desacordo com as especificações de qualidade, peso ou embalagem.*

11.3.1.4. *Entregar produtos com prazo de validade inferior ao mínimo exigido.*

11.3.1.5. *Recusar-se a substituir os produtos rejeitados pela fiscalização.*

11.3.1.6. *Não manter as condições de habilitação durante a vigência do contrato.*

11.4. *Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:*

11.4.1. *Advertência por escrito;*

11.4.2. *Multa;*

11.4.3. *Impedimento de licitar e contratar;*

11.4.4. *Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

11.5. *As multas serão aplicadas nos seguintes termos:*

11.5.1. **Multa de Mora:** *Pelo atraso injustificado na entrega, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela não cumprida.*

11.5.2. **Multa por Inexecução Parcial:** *Pela entrega de produtos em desacordo com as especificações ou por outro descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela correspondente.*

11.5.3. **Multa por Inexecução Total:** *Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou pela inexecução total do objeto, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação.*

11.6. *Disposições Gerais sobre as Sanções:*

11.6.1. *As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções, conforme a gravidade da infração.*

11.6.2. *O valor das multas será descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.*



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.7. A aplicação de qualquer sanção não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos e prejuízos causados à Administração.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência reger-se-á pelas normas estabelecidas na legislação vigente aplicável às contratações públicas, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos correlatos.

12.2. A participação no processo implica aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assim como das demais normas que regem a matéria.

12.3. A contratada será responsável por todos os custos diretos ou indiretos decorrentes do fornecimento dos materiais, incluindo transporte, embalagem, logística e quaisquer outros necessários à entrega integral do objeto, não cabendo à Administração Pública ônus adicional além do valor contratado.

12.4. Eventuais omissões ou situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social observando-se a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

12.5. Fica eleito o foro da comarca do município contratante para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução do objeto, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.6. Este Termo de Referência integra o processo administrativo que fundamenta a contratação, devendo ser utilizado como documento norteador para fiscalização, execução, recebimento e pagamento.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/202X**

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE,
E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX,
CONFORME ADIANTE.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº xxxxxxxx/xxxxx, com sede na Rua xxxxxx nº xx - Centro, Riachuelo/SE, neste ato representado por seu titular o **Sr. XXXXXXXXXXXX**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, sediada a XXXXXXXXXXXX - CNPJ nº: XXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo(a) **Srº(a) XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, diante da autorização do Prefeito Municipal para a lavratura do contrato e tudo o que mais consta na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato tem por objeto a contratação é a aquisição de bolsas destinadas à logística de distribuição dos kits da Semana Santa, a serem utilizados durante a execução da ação institucional. As bolsas deverão ser adequadas ao transporte seguro dos itens que compõem os kits, garantindo condições higiênicas, preservação da integridade dos produtos e organização no processo de entrega, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO, DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, incisos IV a VII, da Lei nº 14.133/21).

§1º O regime de execução ou forma de fornecimento se dará de forma parcelada.

§2º O valor global do contrato é R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) que será pago de acordo com a prestação de serviços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
	Valor total:				R\$

§3º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias,



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§4º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda estadual e prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF.

§5º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§6º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§7º Os preços serão fixos e irrevogáveis, caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 136, inciso I da Lei nº. 14.133/21.

§8º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

§9º Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§10. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA (Art. 92, inciso VII, da Lei nº 14.133/21)

O presente Contrato terá vigência a partir da data da assinatura deste contrato até 31 de junho de 2026, e não poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/21).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE conforme classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETORA/ATIVIDADE: 2048 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 17040000 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV e XVI, da Lei nº 14.133/21).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar os fornecimento descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.
- Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 14.133/21;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO (art. 92, inciso XIX, da Lei nº 14.133/21).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, da Lei nº. 14.133/21.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Contrato de Dispensa que, simultaneamente:

- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 14.133/21;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 124 da Lei nº 14.133/21).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124 da Lei nº. 14.133/21, desde que devidamente comprovados.

§1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 125 da Lei nº. 14.133/21, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 125 da lei nº. 14.133/21.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Riachuelo/SE, XX de XX de 202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA